

IN CORPORE SANO:

Os militares e a introdução da educação física no Brasil

*Celso Castro**

RESUMO

Este artigo trata das iniciativas militares para a introdução da educação física de forma sistematizada e obrigatória no Brasil, na primeira metade do século XX. É examinada a institucionalização da educação física tanto no Exército quanto nos estabelecimentos civis de ensino, sua vinculação a concepções de defesa nacional e a tentativa de se criar um “Método Nacional”, adaptado ao “temperamento” brasileiro.

Na primeira metade do século XX o perfil institucional do Exército brasileiro passou por profundas mudanças. Por volta de 1900, a instituição ainda possuía um corpo de oficiais dividido entre “tarimbeiros” e “científicos”. Os “tarimbeiros” — o termo vem de “tarimba”, estrado de madeira onde dormiam os soldados — eram oficiais ligados à tropa e com pouca ou nenhuma educação superior, formados basicamente na vida da caserna. Esses oficiais, desatualizados em termos de modernas doutrinas estratégicas, táticas e de instrução, viviam suas carreiras na rotina do serviço em quartéis de construção precária, mal equipados e com armamento obsoleto. Já os oficiais “científicos” eram formados pela Escola Militar da Praia Vermelha, onde o ensino predominante era o da matemática superior e das ciências, ao invés das matérias profissionais. Alheios às questões militares, esses oficiais interessavam-se muito mais pela atuação política do que pela carreira, como demonstra a atuação de destaque que os “científicos” tiveram no golpe de 1889, nos primeiros anos da República e em diversas

* Pesquisador do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. E-mail <celso@fgv.br>.

manifestações “florianistas”, culminando na Revolta da Vacina, no final de 1904, quando a Escola foi fechada (Castro, 1995).

No que diz respeito à base da instituição — a *tropa*, composta por soldados e sargentos —, a situação era bastante insatisfatória, em termos profissionais. Não havia uma escola especializada na formação de sargentos. Os soldados, em geral, eram considerados pelos oficiais como oriundos do “rebotalho”, da “escória” da sociedade. Uma lei de 1874 que previa o sorteio militar não fora implementada, e com isso muitas vezes o Exército teve que recorrer ao recrutamento forçado para completar suas fileiras.

Nas primeiras décadas do século XX, esse quadro alterou-se significativamente, no sentido da modernização e da profissionalização do Exército. A formação de oficiais passou por uma fase de predomínio dos aspectos profissionais e, com a reforma implementada por José Pessoa, comandante da Escola Militar entre 1930 e 1934, o padrão de socialização dos jovens militares assumiu uma forma que permanece basicamente a mesma até hoje. O sorteio militar foi finalmente iniciado em 1916 e, nas décadas que se seguiram, o serviço militar temporário foi se tornando cada vez mais obrigatório para a maioria da população jovem, o que levou à modificação do perfil da tropa.

Em termos doutrinários, organizacionais e de instrução, as principais alterações foram decorrentes das atividades da Missão Militar Francesa, que permaneceu no Brasil no período compreendido entre as duas guerras mundiais. Através da contratação de uma missão estrangeira, o Exército brasileiro seguia o exemplo de vários outros países sul-americanos (Nunn, 1983). O cenário militar europeu era, nessa época, dominado pela noção de “Nação em Armas”, segundo a qual as Forças Armadas, além de responsáveis pela defesa, deveriam ser também uma espécie de “escola da nacionalidade”, já que idealmente recrutariam elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais, dotando-os de um sentimento de unidade nacional.

Com isso, o Exército via-se ideologicamente diretamente ligado à *Nação*, entidade da qual, mais que guardião, era também formador.

A luta pela implantação do serviço militar obrigatório é o aspecto mais conhecido e visível do investimento militar sobre a sociedade ocorrido nessa época, com vistas à formação da *nacionalidade* brasileira. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que o serviço militar permanece até hoje obrigatório, com o Exército mantendo, no essencial, as mesmas justificativas e argumentos utilizados há quase cem anos. Uma investigação sobre o projeto de Nação surgido no interior do Exército na primeira metade do século XX deve, no entanto, levar em consideração outros aspectos que estavam, na época, intimamente relacionados, como a introdução da educação física no Brasil de forma sistematizada e obrigatória. Esta foi uma iniciativa fundamentalmente militar, fato pouco lembrado e menos ainda estudado.¹ Isso deve-se, provavelmente, ao fato de que o senso comum contemporâneo relaciona educação física a ideologias de saúde, de lazer ou de esportes. Na primeira metade do século XX, entretanto, a vinculação entre educação física e *defesa nacional* era muito estreita. A educação física era vista pelo Exército e por amplos setores do Estado e da sociedade civil como uma atividade militar. É dessa história que irei tratar.

Da França para o Brasil

Há uma estreita relação entre o surgimento dos estados nacionais, a criação de exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física. A idéia subjacente sempre foi a de que a ginástica poderia afetar positivamente o estado-nação. No século XIX surgiram diversos “métodos” nacionais, desenvolvidos por pioneiros como o dinamarquês Franz Nachtegall (1777-1847), que criou e dirigiu o Instituto Militar de Ginástica em 1804 e foi um

dos responsáveis pela adoção compulsória da educação física nas escolas dinamarquesas em 1814; o sueco Per Henrik Ling (1776-1839), fundador, em 1814, do Real Instituto Central de Ginástica, que dirigiu até sua morte; e o alemão Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), iniciador do movimento das *turnvereine* (sociedades de ginástica). e construtor da primeira *turnplatz* (área especial para exercícios) em 1811, próxima a Berlim (Glassford & Redmond, 1979).

Na França, em 1852 foi fundado o instituto de ginástica do Exército na Escola de Joinville-le-Pont, próxima a Paris. Posteriormente, o choque da derrota na guerra de 1870 contra a Prússia gerou um grande interesse pela educação física com o propósito expresso de preparar os cidadãos para a guerra. Várias leis exigindo ginástica no currículo escolar foram adotadas e graduados de Joinville-le-Pont ingressaram nas escolas civis como professores de ginástica (Spivak, 1985). Durante toda a segunda metade do século XIX, a chamada “corrente francesa” de educação física foi dominada pelos militares e caracterizada justamente por seu marcante “espírito militar”, inscrito na própria concepção geral do método e na estrutura dos exercícios.

Dos trabalhos de uma comissão interministerial criada em 1904 para tratar da unificação dos métodos de ginástica na França, resultou o *Manuel d'exercices physiques et de jeux scolaires*, em seguida difundido por todo o país. Em 1919, após a experiência advinda da Primeira Guerra Mundial, esse manual recebeu um complemento que era, na verdade, uma obra inteiramente nova, com o título *Projet de règlement général d'éducation physique*, publicado em 1921 sob o patrocínio do Ministério da Guerra. Em 1927, este foi substituído pelo *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*, reimpresso em caráter definitivo em 1932.

A introdução da educação física de forma sistemática no Brasil esteve intimamente relacionada à experiência francesa nessa área, tendo os militares brasileiros desempenhado um papel semelhante ao dos militares na França.

¹ As exceções são os trabalhos de Cantarino Filho (1982), Horta (1994) e Lima (1980).

No Brasil, já em 1921 foi aprovado o Regulamento de Instrução Física Militar, destinado ao Exército e calcado no *Projet* francês, por influência direta da Missão Militar Francesa, recentemente chegada ao Brasil. No ano seguinte, uma portaria do Ministro da Guerra (10/1/1922) criou um Centro Militar de Educação Física, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o novo método de educação física e suas aplicações desportivas”. A portaria estabelecia que: “O curso de instrutores e monitores será dirigido por um oficial da Missão Militar Francesa, auxiliado por dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física e indicados pelo Estado-Maior do Exército”.

Esse Centro não chegou a ser instalado. De qualquer forma, a educação física de orientação francesa foi crescentemente utilizada no Exército durante toda a década de 20. Em 1926, por exemplo, o capitão João Barbosa Leite e o tenente Jair Dantas Ribeiro, instrutores na Escola de Sargentos de Infantaria, publicaram um *Manual de instrução física* inspirado no regulamento francês (Leite & Ribeiro, 1926).

Em 1928 a Missão Militar Francesa passou a contar entre seus integrantes com um oficial encarregado exclusivamente de dirigir a instrução de educação física. Escolhido entre os instrutores da escola de Joinville, o major Pierre Ségur ficou encarregado de ministrar educação física na Escola Militar do Realengo. O relatório do chefe da Missão Militar Francesa referente ao ano de 1928, ao comentar a situação da educação física nas escolas do Exército (Militar, de Sargentos, de Cavalaria e de Aviação), informava que, apesar de nelas ser desenvolvido um trabalho intenso e de muito boa vontade, faltavam os meios práticos e a aplicação de um método firme — referência óbvia ao Método Francês. Esta deficiência seria, segundo o chefe da Missão, suprida em breve pela adoção do novo regulamento de

educação física francês, que se encontrava em fase final de tradução para o português.²

No início de 1929, o ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, publicou um anteprojeto de lei, elaborado por uma Comissão de Educação Física sob sua presidência, que tornava a educação física obrigatória *em todos os estabelecimentos de ensino*, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos. Além disso, deveria ser criado um Conselho Superior de Educação Física, que teria por finalidade “centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos provindos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à criação do Método Nacional de Educação Física, e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto”. Um artigo deste anteprojeto de lei estabelecia que, enquanto não fosse criado o Método Nacional, seria adotado em todo o território brasileiro o Método Francês. Logo em seguida, o ministro assinou portaria (11/1/1929) organizando o Centro Militar de Educação Física, criado, como vimos, em 1922, mas ainda não instalado. O Centro deveria adotar o método expresso no Regulamento Geral de Educação Física — ou seja, o Método Francês.

As iniciativas práticas não tardaram. O Centro Militar de Educação Física promoveu um Curso Provisório que funcionou inicialmente na Escola de Sargentos de Infantaria da Vila Militar (Rio de Janeiro), sob a orientação técnica do 1º tenente Inácio de Freitas Rolim.³ O curso, que teve a duração de de um ano letivo, formou, além de militares, 22 professores civis, que foram lecionar em escolas públicas do Distrito Federal, principalmente na Escola Normal. O método utilizado era o francês, assim defendido por um dos professores: “Da colaboração de todos os interessados, civis e militares,

² A versão em português foi publicada em 1930.

³ Sobre esse Curso e o Centro Militar de Educação Física, ver artigo “A educação física nacional” (*A Defesa Nacional* nº 193, jan. 1930), e o depoimento do prof. Alberto La Torre de Faria concedido a Castellani Filho (1981:130-46). Em 1930, o Centro foi definitivamente instalado na Fortaleza de São João (Urca, Rio de Janeiro)

levadas em conta as características da curva fisiológica brasileira, surgirá o método geral, aplicável a todos os brasileiros, sem distinção de sexo ou idade, concretizado em regulamento geral. A nossa tendência é, assim nos parece, a adaptação do Método Francês, mais de acordo com o nosso temperamento de latino” (Rangel Sobrinho, 1931:23-4).

Encerrando uma década de iniciativas de institucionalização da educação física dentro do próprio Exército, José Pessoa, durante o período em que comandou a Escola Militar do Realengo (1930-1934), deu à educação física uma atenção especial, dentro do amplo programa de reforma do ensino militar por ele realizado (Castro, 1994). Foi construído um Estádio de Esportes e criada uma Seção de Educação Física, da qual faziam parte 11 instrutores e dois médicos, todos diplomados pelo curso do Centro Militar de Educação Física.

Os militares invadem a escola

Podemos considerar a proposta de se estender a educação física de inspiração militar a todas as escolas civis, presente no anteprojeto de lei de 1929, do ministro da Guerra, como o ponto de partida para o uso da educação física pelos militares como instrumento de intervenção na realidade educacional e social do país. Com a educação física consolidada no interior da própria instituição, o Exército, durante toda a década de 1930, estenderia sua influência sobre todo o “corpo da Nação” através do controle da educação física.

Essa iniciativa intervencionista, no entanto, encontrou resistências desde o início. O anteprojeto militar foi severamente criticado pela Associação Brasileira de Educação. Em julho de 1929, a ABE realizou um inquérito entre nove professores de educação física. Na questão relativa ao método a ser adotado, o francês, quando não omitido, foi sempre criticado

(Marinho, 1958:448). A Associação defendia a introdução da educação física nas escolas, proposta incluída num projeto de reforma do ensino secundário elaborado nesse mesmo ano.⁴ A ABE, no entanto, tinha uma proposta alternativa à do ministro da Guerra, prevendo a criação de uma Escola de Educação Física anexa à Universidade do Brasil, com o objetivo de preparar instrutores civis para as escolas primárias, secundárias e normais, a serem selecionados por uma comissão subordinada ao Ministério do Interior, órgão responsável na época pelos negócios da educação. As críticas à proposta do ministro da Guerra estavam diretamente vinculadas ao fato de ser um projeto *militar*. A ABE tentava evitar, como ocorrera na França, que “os militares invadissem a escola”:

“A elaboração do Método Francês (...) obedeceu a contingências nacionais que não se reproduzem no Brasil. Na França as autoridades militares, diante da má qualidade do material humano que as fileiras do Exército recebiam, organizaram um sistema de exercícios físicos que melhorasse a capacidade física do conscrito, o que, hoje, introduzidas as sucessivas modificações julgadas necessárias, é aplicado tanto na escola quanto na caserna. Ante a indiferença dos educadores e levado por uma injunção da defesa nacional, o militar invadiu a escola e avocou a si a orientação da educação física infantil. E esse fato é, assim, o objetivo principal desse método que, como não poderia deixar de ser, é o de preparar a criança, o adolescente, o adulto, para as exigências do estado de guerra permanente em que se tem encontrado aquela nação” (cf. Marinho, 1958:165).⁵

O documento da ABE cita também o artigo de um especialista inglês que deplora o “erro educacional” decorrente do “marcado caráter militar” da educação escolar na francesa e relaciona críticas ao Método Francês surgidas na própria França, insistindo na tecla do “erro” e do “desvirtuamento” contidos na adoção, para toda a população, de um método com “espírito e tendências militares”.

⁴ *O Problema brasileiro da educação secundária*, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica do Centro da Boa Imprensa, 1929.

⁵ As críticas que a Associação fez ao Método Francês foram publicadas em *A educação física no Brasil* (Rio de Janeiro, 1930).

Apesar das críticas da ABE, o presidente Washington Luís encaminhou o anteprojeto militar ao Congresso Nacional e, na Mensagem Presidencial de 1930, defendeu sua aprovação nos seguintes termos:

“(…) o problema da educação física não se circunscreve ao Exército; e a sua solução deve preceder mesmo à entrada do brasileiro para o serviço militar. Deve esta educação começar nos primeiros anos de existência, de modo que o recruta seja recebido em condições de desenvolvimento e resistência que o tornem apto a suportar as exigências da vida militar. (...) Brilhantemente justificado, o projeto condensa demorados estudos feitos no Ministério da Guerra pelos órgãos próprios. (...) Visa ele estender a todos os brasileiros, desde a primeira infância, os benefícios da educação física, de acordo com os princípios comuns racionais e científicos já aplicados” (cf. Horta, 1994:65).

Com o papel de destaque que os militares passaram a ocupar no Estado após a Revolução de 1930, a correlação de forças entre civis e militares ficou ainda mais favorável à implantação do projeto militar para a educação física. Como veremos, entre 1930 e 1945 a oposição de alguns educadores civis e da Igreja à educação física de orientação militar esteve condenada ao fracasso.

Em novembro de 1930 o governo provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MES). Em 1931, o ministro Francisco Campos reformou o ensino secundário, tornando obrigatórios os exercícios de educação física em todas as classes (decreto nº 19.890, de 18/4) e pouco depois, ignorando os apelos da Associação Brasileira de Educação, mandou adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física (portaria nº 70, de 30/6), o que implicou, mais uma vez, a adoção do Método Francês.

Em 1932 foi oficialmente aprovado o Regulamento de Educação Física do Exército (decreto nº 21.324, de 27/4), uma tradução do *Règlement* francês de 1927 — o Método Francês —, o que apenas oficializava uma realidade já existente. No ano seguinte foi criada a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), instalada na Fortaleza de São João, pela transformação do Centro Militar de Educação Física já existente (decreto nº 25.252, de 19/10/33). Através de uma carta intitulada “Problemas do Exército”, enviada em 18/1/34

a Getúlio Vargas por Góis Monteiro, então ministro da Guerra, podemos ver claramente o caráter intervencionista do Exército no tocante à educação física: o Ministério da Educação e Saúde Pública deveria guiar-se, no tocante à educação física, “pelo que foi feito no Exército e agindo de acordo com ele”.⁶

Entre 1934 e 1945, quando o MES foi chefiado por Gustavo Capanema, a educação física foi definitivamente institucionalizada no ensino civil. Durante toda sua gestão, os contatos com a área militar em relação à educação física foram estreitos. Em 1935, o ministro da Guerra enviou ao MES o capitão Inácio de Freitas Rolim, com o objetivo de discutir um trabalho conjunto dos dois ministérios na área de educação física. Capanema, em resposta, afirmou apreciar a obra já desenvolvida pelo Exército nessa área, declarando-se disposto a contribuir para que ela “mais se desenvolva, em ligação com os trabalhos idênticos, que devem ser realizados nos institutos civis de ensino.”⁷

Com a reorganização dos serviços do MES em 1937, foi criada a Divisão de Educação Física (DEF), subordinada ao Departamento Nacional de Educação. Capanema escreveu em 19/4/37 uma carta ao ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, pedindo que indicasse um militar para dirigir o novo órgão.⁸ O indicado, major Barbosa Leite, no primeiro contato que teve com Capanema, sugeriu a adoção de várias medidas, destacando-se um entendimento com o Ministério da Guerra para obter a ampliação das vagas para civis no curso da Escola de Educação Física do Exército, de modo a formar, em curto prazo, o maior número possível de professores de educação física para as escolas estaduais e municipais, com o objetivo de “uniformizar o método em todo o país.”⁹ Nesse sentido, a DEF fez funcionar em 1938 na EsEFEx um Curso de Emergência que habilitou 165 professores de educação

⁶ Arquivo Getúlio Vargas, FGV/CPDOC, GV 34.01.18/2, XIV-17.

⁷ Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC, GC/g 35.07.10, I-1

⁸ GC/g 34.07.14, I-2.

⁹ GC/g 34.07.14.

física e 78 médicos especializados. O comandante da EsEFEx afirmou, em novembro de 1941, que os alunos civis formados pela Escola, “além da preparação técnica especializada, adquirem no seu estágio no Exército uma formação cívico-moral, que os coloca em situação vantajosa para agir sobre as coletividades inculcando-lhes o espírito de ordem e disciplina”.¹⁰

Com o Estado Novo, o domínio militar sobre a área da educação física atingiu seu ápice. A Constituição promulgada em 10/11/1937, tornou obrigatórios, pela primeira vez na história constitucional do país, os exercícios físicos em todos os estabelecimentos de ensino (artigos 131 e 132). O “adestramento físico” era mencionado como forma de preparar a juventude para “o cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação”.

A rigorosa fiscalização empreendida pela DEF levou o Método Francês a ser, em pouco tempo, efetivamente adotado em todos os cursos secundários: em 1938, 61,6% dos estabelecimentos de ensino secundários adotavam o Método Francês; em 1939, essa porcentagem subiu a 81,3%; em 1940, a 90,6% e, em 1941, sua adoção foi praticamente integral (Cantarino Filho, 1982:137). Outros métodos de ginástica existentes, como o sueco e o alemão, rapidamente desapareceram de cena. Ao mesmo tempo, houve uma rápida profissionalização dos professores: em 1939 havia 50,8% de leigos, em 1941 apenas 36,3% (Cantarino Filho, 1982:160).

Em 1939 foi criada na Universidade do Brasil a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD, decreto-lei nº 1212, de 17/4), onde também foi adotado o Método Francês. A nova escola, instalada em 1/8/39, foi dirigida pelo major Inácio de Freitas Rolim, contando ainda com a participação de vários outros militares. Alguns anos mais tarde, lembrando a solenidade de instalação da Escola, o major Rolim escrevia:

¹⁰ GC/ 35.07.10-A2, II-12.

“Naquele momento de excepcional solenidade e formosas esperanças, os primeiros alunos da Escola, perfilados, em uniforme de gala, frente a frente com os moços da Escola de Educação Física do Exército, *seus irmãos mais velhos*, à vista do Chefe Nacional e das autoridades que o acompanhavam, proferiram, com voz pausada, emprestando às palavras acento de profunda emotividade, o compromisso de honra, que se tornou oração obrigatória da Escola, nas horas graves de suas responsabilidades, de tudo fazerem para engrandecer o nome do Brasil e *lutar pela sua integridade e soberania*”.¹¹

Pouco depois, os diplomas expedidos pela Escola de Educação Física do Exército foram equiparados aos da ENEFD. A criação desta Escola, entretanto, gerou algumas divergências entre os próprios militares.¹² O major Barbosa Leite queria que ela ficasse vinculada à Divisão de Educação Física do MES, e não à Universidade do Brasil, como desejava o major Rolim, defensor ardoroso do Estado Novo. Venceu este último ponto de vista, apoiado por professores de educação física que, na Universidade, viriam a ser catedráticos da nova Escola. Isso envolvia, entre outras coisas, um grande aumento nos vencimentos dos professores. O professor La Torre de Faria conta que ganhava 1\$500 como professor de educação física na Escola Militar e passou a receber 8\$400 na Universidade.

Apesar dessas divergências, o pensamento dominante entre os professores de educação física ligados ao Estado enfatizava o caráter militar da educação física e o papel importante que essa atividade exercia na defesa nacional. Inezil Penna Marinho, um dos civis integrantes da DEF, foi explícito a esse respeito, afirmando, em 1944, que “é imperioso que nos convençamos de que cada professor de educação física é um soldado do Brasil, soldado que luta não apenas em tempo de guerra, mas também na paz, soldado que luta sempre, incessantemente, com o fim de tornar o Brasil de nossos filhos e netos mais forte que o dos nossos pais e avós”.¹³

¹¹ GC/g 35.07.10 II-10, ênfases minhas.

¹² Ver o depoimento do professor La Torre de Faria (Castellani Filho, 1991:136-7).

¹³ GC/g 34.07.14, III-12.

O domínio militar sobre a educação física não deixou de encontrar críticos entre os civis, embora a conjuntura política nacional não favorecesse de forma alguma a demonstração de divergências. Marinho (1958:168) dá a informação de que um professor que se opôs à adoção do Método Francês pela ENEFD foi, “por injunções políticas”, demitido e relegado ao ostracismo. Uma carta de Peregrino Júnior, professor catedrático de biometria na mesma Escola, enviada em 26/12/1940 a Gustavo Capanema, permite ver claramente a natureza das objeções que existiam à hegemonia militar na condução da educação física no Brasil:

“Do que tenho observado, um dos erros mais graves, na organização da ENEFD, foi a sua subordinação integral ao padrão militar da Escola de Educação Física do Exército. (...) E a ENEFD tem que ser, por força, diferente da EsEFEx. Embora aproveitando-lhe a experiência, não pode copiar-lhe a organização. (...) A disciplina civil é diversa da disciplina militar, e dos estudantes e professores civis tudo se pode obter, em matéria de hierarquia e cooperação, de comportamento e trabalho, sem apelar para as rígidas fórmulas disciplinares da caserna. Acredito que haveria de ser utilíssimo à Escola uma modificação dos seus trabalhos nesse sentido: 1º) Substituindo a disciplina militar pela disciplina civil; 2º) Adaptando a Escola ao regime da administração civil, desprezando o modelo militar naquilo que ele tem de peculiar e inadequado; 3º) dar à ENEFD um caráter particular [leia-se: civil], de acordo com os resultados da experiência e da observação, libertando-a da imitação servil do padrão do Exército”.¹⁴

Entre os civis havia, no entanto, muitos que enalteciam o papel dos militares em relação à educação física. O primeiro diretor da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, Carlos Sanches de Queirós, em conferência pronunciada em 30/10/1941, criticou diversas vezes a forma “nada educativa” como a educação física e o esporte vinham sendo tratado pelas associações civis: “a atitude descontrolada e pouco digna que freqüentemente se observa nos campeonatos interclubes, tanto por parte dos jogadores, como por parte do público que os assiste, é uma prova irrefutável do fracasso destas agremiações como entidades educativas” (cf. Castellani Filho, 1991:35-6). Esse quadro justificava, a seu ver, o “fecundo e honesto

¹⁴ GC/g 35.07.10, II-9.

núcleo de trabalho e catequese” representado pela Escola de Educação Física do Exército. Um artigo de Hélios Póvoas publicado em novembro de 1938, chegava a visualizar o Brasil como uma grande Escola de Educação Física do Exército:

“Entreguemos ao Exército todos os poderes para que, no setor de Educação Física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à nação. Para nos pôr a salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o Exército glorioso precisa de um 'Homem Brasileiro', com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entreguemo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento de vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria, ainda que a mais pacífica, como a nossa. Seja o Brasil, no tocante à Educação Física, uma Escola de Educação Física do Exército” (cf. Castellani Filho, 1991:87).

Educação física e autoritarismo

No período que vai do início do Estado Novo até a entrada do Brasil ao lado dos países aliados na Segunda Guerra Mundial, o caráter bélico e autoritário da educação física promovida pelos militares tornou-se muito acentuado. Por um lado, a enorme restrição às liberdades civis que o país viveu nesse período praticamente impossibilitou a manifestação de divergências em relação ao modelo oficial. Por outro lado, houve uma ampla disseminação de ideologias fascistas e racistas vinculadas à eugenia e à educação física. Um bom exemplo é encontrado em artigos publicados por Inezil Penna Marinho em 1940, nos quais é destacada a influência da educação física na formação e padronização das raças e elogiado o exemplo da Alemanha nazista: “Foi Adolf Hitler quem libertou a força agrilhoadada, que hoje já se pode expandir como as águas de um caudaloso estuário de liberdade. Transformar-se-á num mar imenso, protetor das sagradas fronteiras da Pátria. Aí estão realizações e diretrizes que merecem ser imitadas pelos

poderes públicos assim como pelas entidades particulares que se consagram à educação física no país” (cf. Cantarino Filho, 1982:169-70).

Outro exemplo vem de um longo porém instrutivo trecho de uma conferência pronunciada em 16/10/1941 pelo comandante da Escola de Educação Física do Exército, tenente-coronel José de Lima Figueiredo:¹⁵

“O Exército recebe os párias, os iconoclastas e os normais e os funde num só cadinho, mercê da democracia em que vivemos. Porém, dessa fusão não sai um tipo *standard* de soldado, não sai o cidadão ideal. Com ferro mal forjado de início nunca se chega a ter bom aço (...) Há povos respeitados e nações fortes. Não falei aqui em humanidade, friso, só falei de nações, se bem que desde o berço, seguindo a doutrina sapientíssima de Jesus, devamos amar ao próximo como a nós mesmos. E o mundo seria um paraíso de amor se pudéssemos, sem distinção de castas e de raças, afastar do ser humano o ódio, a inveja, a vaidade, a soberba, elementos geradores das guerras, que alguém definiu como uma terapêutica que Deus emprega para purificar a humanidade e que Ruskin considerava como a 'mãe da virtude e do gênio' e com convicção sentenciava que 'todas as artes puras e nobres da paz, são fundadas sobre a guerra'. Nestas condições, não podemos desprezar a fórmula *si vis pacem para bellum* e temos que incutir no cérebro, no coração, enfim, na inteligência e no sentido da criança, em primeiro lugar, acendrado espírito de nacionalismo, a única coisa que nos fará crescer aos olhos dos alienígenas, seguindo o exemplo de nações agonizantes como a Alemanha, a Itália e Portugal, que completamente sem vigor, de uma hora para outra se transmutaram em potências respeitadas pelas demais, graças aos esforços de Hitler, de Mussolini e de Salazar” (in: Lourenço Filho et alii, 1942:127ss.).

Algumas medidas profundamente discriminatórias foram aprovadas durante os primeiros anos do Estado Novo. Em 1938, uma circular da Divisão de Educação Física (nº 3, de 6/6) lembrava aos inspetores que, com base na legislação vigente, “não podem ser matriculados nos estabelecimentos de ensino secundários alunos cujo estado patológico os impeça permanentemente da freqüência às aulas de educação física” (cf. Cantarino Filho, 1982:145). O Conselho Geral da Confederação Católica se opôs a essa medida através de memorial enviado ao ministro Gustavo Capanema, pedindo que ela fosse

¹⁵ Esta conferência fez parte de uma série patrocinada pela Associação Brasileira de Educação Física, realizada no Palácio Tiradentes. Os textos foram publicados posteriormente em *Estudos e conferências*, uma edição do DIP.

revogada, por ser “incompatível com o conceito de pessoa humana”, além de ser uma interpretação arbitrária da legislação em vigor. O diretor da Divisão de Educação Física, major Barbosa Leite, criticou os autores do documento, que, segundo ele, “deixam ver que não pleiteiam a defesa de princípios básicos de educação, mas o relaxamento da lei em proveito dos interesses particulares de alguns diretores de colégios, contra as conveniências do Estado Novo em assegurar à nossa juventude os meios de contribuir eficazmente para a economia e a defesa da Pátria” (cf. Cantarino Filho, 1982:152).

As principais críticas da Igreja — a única voz dissonante ocasionalmente tolerada pelo Estado — eram, no entanto, de caráter basicamente moral, e não político. Elas foram resumidas em um memorial enviado pelos bispos de São Paulo a Getúlio Vargas, em março de 1940. No documento, apesar de elogiarem os esforços de Vargas em construir “um Estado forte, estruturado nos princípios cristãos” que pudesse “malograr os criminosos tentames dos elementos bolchevizantes, que pretendiam reduzir o país a um montão de ruínas”, os bispos denunciavam uma “ofensiva contra o patrimônio moral da Nação”, materializada, entre outras coisas, na forma como a educação física vinha sendo implementada nas escolas. As críticas dirigiam-se principalmente à Divisão de Educação Física do MES, que manifestava uma “orientação materialista, talvez inconscientemente comunista”! Exemplos concretos seriam as “indecentes” fichas biométricas utilizadas nas escolas, a “promiscuidade dos sexos” nas sessões de educação física, os trajés que atentavam contra o pudor e as exposições públicas de ginástica feminina.¹⁶ O governo atendeu a alguns detalhes das críticas presentes no memorial, mas não mudou, em nenhum ponto essencial, a orientação dada à educação física (Horta, 1994:71-2).

¹⁶ GC/c 34.07.14, II-2. O memorial de 1938 também pedira modificações nos exames biométricos, que feriam o “recato natural do sexo feminino”, e a adoção, para as mulheres, da ginástica ritmada (Cantarino Filho, 1982:151).

A hegemonia militar na área de educação física durante o Estado Novo foi inquestionável. Grande parte dos professores eram militares; outros, civis formados pelos militares, na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados. Dos 2187 professores, instrutores ou monitores de educação física formados entre 1925 e 1942, 1289 eram militares (59%) e 898 civis (41%). Dentre os militares, 337 eram oficiais e 952 sargentos (Cantarino Filho, 1982:147). Durante o Estado Novo, a educação física foi também considerada importante instrumento para a *nacionalização* nas áreas de colonização estrangeira. Marinho (1944) via o técnico de educação física promovendo a adaptação de brasileiros descendentes de estrangeiros. Nestes, o esporte desenvolveria sentimentos nacionalistas que tornariam mais fácil a assimilação. Para Marinho, a educação física deveria ocupar outros espaços, além das escolas, onde se reuniam jovens, como *playgrounds*, colônias de férias e parques infantis.

Com o fim do Estado Novo, a situação no campo da educação física modificou-se rapidamente. Professores civis reunidos no IX Congresso Brasileiro de Educação, promovido pela ABE em junho de 1945, aprovaram uma Carta Brasileira de Educação Democrática que indicava, entre outras medidas, a extinção da organização Juventude Brasileira (inspirada na juventude nazista) e do Departamento de Educação Nacionalista, bem como “de quaisquer vestígios desse tipo, acaso impregnados na administração escolar” (cf. Cantarino Filho, 1982:131).

Alguns antigos defensores de idéias totalitárias também mudaram seus discursos. Inezil Penna Marinho, por exemplo, o técnico da Divisão de Educação Física do MES que encontramos há pouco glorificando Hitler, escreveu, em abril de 1945, artigo onde criticava a opressão e os regimes totalitários, nos quais o sistema de educação se encontrava rigidamente centralizado: “E nós temos um exemplo bem frisante e recente: a imposição do Método Francês de Educação Física pela Missão Militar Francesa, apoiada

pelo Exército e oficializada pelo Ministério da Educação e Saúde” (cf. Cantarino Filho, 1982:164).

Sinal dos tempos.

O Método Nacional

O Método Francês foi oficialmente adotado, por iniciativa dos militares, de 1921 até o fim do Estado Novo. Desde o início, no entanto, os próprios militares já enfatizavam a necessidade de futuramente substituí-lo por um Método Nacional de educação física. Um editorial da revista *A Defesa Nacional* de 1926 defendia que o Método Nacional fosse “genuinamente brasileiro”, elaborado com liberdade em relação ao francês, tendendo para a ginástica nacional e sem que fosse esquecida a capoeira.¹⁷

É interessante observar que a importância atribuída pelos militares à criação de um Método Nacional de Educação Física está diretamente relacionada ao próprio Método adotado inicialmente — como o nome diz, *Francês*. No próprio Método Francês adotado no Brasil encontra-se a origem das idéias de criação de um Método Nacional, pois havia uma vinculação direta entre *método de educação física e temperamento nacional*:

“Les nombreuses *expériences* d’avant-guerre, les *méthodes* appliquées pendant la guerre à la préparation physique rapide des jeunes classes, les *résultats* obtenus depuis l’armistice par la diffusion de l’éducation physique et des sports, les *progrès* réalisés par la Physiologie appliquée aux exercices du corps ont souligné la nécessité d’établir une méthode générale d’éducation physique applicable a tous les Français, sans distinction d’âge ni de sexe, et *adaptée* au *tempérament national*” (France, Ministère de la Guerre, 1932:5, itálicos no original).

¹⁷ “A educação física nacional. A instrução física militar”, *A Defesa Nacional* nº 51, jul. 1926.

Criar um método “genuinamente brasileiro” de educação física deveria envolver, portanto, concepções a respeito dos elementos característicos da Nação brasileira e dos brasileiros. Um “Inquérito” sobre o Método Nacional foi lançado em novembro de 1942.¹⁸ Um dos itens (nº 36) dizia que a experiência havia tornado clara a necessidade de um método adequado ao nosso país. O Método Francês deveria ser estudado e adaptado, assim como outros métodos estrangeiros, dos quais deveriam ser extraídas as partes mais apropriadas às nossas necessidades. Foram distribuídas 1835 cópias do Inquérito, das quais apenas 7,53% foram respondidas.

Em 1943, a Divisão de Educação Física promoveu o “Concurso de contribuições para o Método Nacional de Educação Física” (o edital foi publicado no Diário Oficial de 24/7/1943). Venceu o trabalho elaborado por uma Sociedade de Estudo dos Problemas da Educação Física, intitulado *Bases científicas da Educação Física*, onde se afirmava que: “O nosso método de Educação Física, para ser nacional, não apenas no título, mas no espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido, e isso se explica nestas duas frases de Euclides da Cunha: ‘Não temos unidade de raça’ ‘Não há um tipo antropológico brasileiro’.”¹⁹ Em 1944, outro concurso de trabalhos sobre educação física foi promovido pela Divisão de Educação Física. A monografia vencedora, de autoria de Inezil Penna Marinho, previa igualmente que o método, para ser verdadeiramente nacional, não deveria ser rígido, pois, assim como não há uma “raça brasileira” e sim um povo originado por três

¹⁸ Ver *O Método Nacional de educação física. Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde* (Rio de Janeiro, Dep. Nac. de Educação, 1942). Ver também Inezil Penna Marinho, “A distribuição do ‘Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física’ e as contribuições recebidas”, *Revista Brasileira de Educação Física*, Rio de Janeiro, 3(26):2, mar. 1946.

¹⁹ Departamento Nacional de Educação, Divisão de Educação Física. *Bases científicas da educação física (contribuição ao Método Nacional de educação física)*. 3ª ed., Rio, Imprensa Nacional, 1952. Sobre o concurso, ver o *Boletim de Educação Física*, 3(8):5-51, dez. 1943.

continentes, o método deve ser flexível o bastante para atender a essa “interfusão biológica”. A unidade, sustenta o autor, deve ser de princípios:

“Assim, o futuro Método Nacional de Educação Física deverá considerar esses aspectos, conciliar os pontos divergentes que existam aqui ou ali, aplainar as arestas resultantes do encontro de duas superfícies distintas, polir as asperezas representadas por esta ou aquela dificuldade; enfim, deverá representar um conjunto harmônico e ter uma consistência não rígida, fácil de partir-se, mas plástica, capaz de moldar-se sem dificuldade a todas as exigências, quer regionais, quer étnicas, já individuais, já sociais” (p. 10).²⁰

Nota-se portanto, nesses trabalhos, que a idéia de “plasticidade”, “não rigidez” do futuro Método Nacional era dominante. Mas com a desagregação do regime autoritário do Estado Novo, o Método Francês, matriz inspiradora das iniciativas de criação de um método brasileiro, perdeu seu monopólio, e com isso as iniciativas oficiais para a criação do Método Nacional foram abandonadas. Na gestão do capitão Antônio Pereira Lira como diretor da ENEFD (1944-1946) foram feitas experiências com o objetivo de se criar um “método eclético”, combinando elementos das ginásticas acrobática, calistênica, sueca e dinamarquesa, dentre outras fontes. Dessa forma, outros métodos além do francês passaram a ser utilizados pelos cerca de dois mil professores de educação física que atuavam no país. Nessa mesma época, a Divisão de Educação Física do MES divulgou as “Diretrizes para a Educação Física nos estabelecimentos de ensino secundário”, de caráter experimental, que permitiam adaptações no Método Francês, além do emprego das ginásticas calistênica e sueca nos dias de chuva (Cantarino Filho, 1982:138).

É interessante observar que o Brasil chegou a atuar como exportador do Método Francês. Em 1942 foi criado no Paraguai um Conselho Nacional de Cultura Física, que recebeu assistência técnica de um militar brasileiro, Sílvio Américo Santa Rosa, ajudado pelos primeiros professores paraguaios a

²⁰ Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de educação física (contribuição ao Método Nacional de educação física)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945.

graduarem-se no Brasil. O Conselho criou legislação similar à brasileira, uma Escola Nacional de Educação Física e tornou a educação física compulsória nos estabelecimentos de ensino, adotando também o Método Francês de Joinville-le-Pont (cf. Dalen & Bennett, 1971; Malan, 1988).

A aspiração de se criar um Método Nacional de educação física adequado ao “caráter nacional” não foi uma idiossincrasia brasileira. Na Bolívia, por exemplo, foi realizado em 1927 um curso rápido para formação de professores de educação física, adotando-se o Método Sueco. No entanto, pretendia-se futuramente desenvolver um método genuinamente boliviano, como afirmava o Diretor Geral de Educação Física daquele país: “Si nuestra raza autóctona ha tenido una civilización propia, ha tenido también, seguramente, un método propio de cultura física del que desgraciadamente nos quedan muy pocos vestigios los que deben ser tomados en cuenta y servir de base para toda adaptación y toda reforma. Quizá no muy tarde podamos ofrecer una obra de esta índole; en gimnasia, como en música y como en todo, no debemos apartarnos del sentido folklórico” (Rodrigo, 1932:vi).

Outros países sul-americanos, no entanto, pareciam contentar-se com a adoção de diversos métodos “estrangeiros”. O relatório da viagem de estudos de um militar brasileiro mostra que, no Uruguai, a Escola de Educação Física Militar utilizava a ginástica dinamarquesa, enquanto o ensino colegial adotava as ginásticas sueca e calistênica. Na Argentina, o Método Francês era adotado no ciclo elementar mas, além dele, a ginástica acrobática também era muito praticada. Para as mulheres, eram ensinados passos de dança regionais, o que o autor do relatório acha que seria muito apropriado ao Brasil, por causa da existência de danças tradicionais ritmadas, como o samba e o frevo.²¹

Nunca se chegou a uma elaboração final do Método Nacional. Muitos anos mais tarde, já na década de 80, Inezil Penna Marinho ainda proporia que

²¹ O major Antônio Pereira Lira viajou em missão oficial, para conhecer o trabalho que Argentina e Uruguai realizavam na área de educação física. O objetivo da viagem era obter subsídios para enriquecer o Método Nacional (ver Lira, 1945).

o Método Nacional de educação física — a “ginástica brasileira”— fosse baseado na capoeira. Esta seria uma atividade genuinamente brasileira que permitiria uma recuperação e valorização do sentimento nacionalista.

Corpo e política

Após os estudos seminais de Marcel Mauss (1974) sobre a natureza social das técnicas corporais e de Michel Foucault (1987) sobre o aspecto político dos investimentos sobre o corpo, é impossível ver nas discussões sobre educação física questões puramente fisiológicas. Os debates sobre o modelo de educação física a ser implantado no Brasil, embora envolvessem discussões científicas, não se restringiam a elas, nem se resolviam no campo acadêmico. Vimos como as divergências surgidas com grande parte dos educadores civis e com a Igreja foram sempre resolvidas num campo antes político que científico, no qual a instituição militar foi imbatível no período 1930-45.

O esforço dos militares para implantarem no Brasil uma determinada visão de educação física — aquela baseada no Método Francês — revela uma face pouco visível da instituição militar. Enquanto há muitos estudos sobre a participação dos militares na “grande política”, como os golpes e intervenções armadas, conhece-se pouco sobre o efeito a longo prazo da educação física, do serviço militar obrigatório e da educação moral e cívica sobre a sociedade. Durante várias décadas, essas iniciativas se fizeram sentir — ainda se fazem, em certa medida — na vida cotidiana de uma grande parcela da população jovem do Brasil.

A matriz militar do tipo de educação física baseado no Método Francês gerava uma preocupação em *disciplinar* os corpos dos indivíduos semelhante ao efeito que a disciplina militar exercia sobre a tropa. O objetivo era fazer de cada corpo individual o corpo de um soldado, e com isso forjar o *corpo da*

Nação. Essa era a contribuição fundamental que a educação física teria a dar dentro da visão do Exército como uma “escola da nacionalidade”, da idéia de que a organização militar seria o modelo ideal para a organização da sociedade. Aplicada inicialmente no âmbito da própria instituição, logo os militares projetaram a educação física sobre a Nação. Junto a outras iniciativas como o serviço militar obrigatório e a educação moral e cívica, a educação física visava a *criar* o homem brasileiro. Não era, portanto, a algo já existente que essas iniciativas se dirigiam: a Nação brasileira deveria estar, através delas, nascendo.

BIBLIOGRAFIA

CANTARINO FILHO, Mário Ribeiro. *A educação física no Estado Novo: história e doutrina*. Dissertação de mestrado (UnB), 1982.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação física no Brasil: a história que não se conta*. 3ª ed. Campinas, Papirus, 1991.

CASTRO, Celso. “Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar”, *Estudos Históricos* 14, julho-dezembro de 1994, p. 231-40.

———. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

DALEN, Deobold B. & BENNETT, Bruce L. *A world history of physical education*. 2ª ed., Prentice-Hall, 1971.

FRANCE. MINISTÈRE DE LA GUERRE. *Règlement général d'éducation physique (Méthode Française)*. Paris, 1932.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

GLASSFORD, Robert G.; REDMOND, Gerald. “Physical education and sport in modern times”, in: Zeigler, Earle F. (ed.) *History of physical education and sport*. Englewood Cliffs, NJ, Prentice-Hall, 1979, p. 103-70.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro, Ed. da UFRJ, 1994.

LEITE, João Barbosa & RIBEIRO, Jair Dantas. *Manual de instrução física*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1926.

LIMA, Magali Alonso de. *O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo*. Dissertação de mestrado (FGV/IESAE), 1980.

LIRA, Antônio Pereira. *Relatório da viagem de estudos ao Uruguai e Argentina*. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Educação Física e Desportos, 1945.

LOURENÇO FILHO et alii, *Conferências sobre educação física*. Associação Brasileira de Educação Física, 1942.

MALAN, Alfredo Souto. *Missão Militar Francesa de instrução junto ao Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1988.

MARINHO, Inezil Pena. *A oportunidade da criação da carreira de técnico de educação física*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.

———. *Sistemas e métodos de educação física*. 1958.

MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”, in *Sociologia e antropologia*. São Paulo, EPU, 1974, vol. II, p. 209-33.

NUNN, Frederick M. *Yesterday's soldiers: European military professionalism in South America, 1890-1940*. University of Nebraska Press, 1983.

RANGEL SOBRINHO, Orlando. *Curso de educação física: resumo de aulas realizadas na Escola Militar Provisória*. Rio de Janeiro, Tip. do Patronato, 1931.

RODRIGO, Saturnino. *La reforma de la educación física en Bolívia*. La Paz, Renacimiento, 1932.

SPIVAK, Marcel. “L'École Supérieure d'Éducation Physique de Joinville-le-Pont, 1852-1939”. *Revue historique des armées*, 1985(1):37-47.